



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ
SECRETARIA-GERAL DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE COMPRAS

Licitação Nº 03/2014 (Processo Administrativo Nº 78247/2014)

1 – PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na sala do Pregão, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada EMERJ, localizada na Rua Dom Manuel, 25 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, será realizada no dia 09 de setembro de 2014 a licitação nº 03, às 13h, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço global, visando à prestação do serviço de manutenção de sistema de videoconferência, sob o regime de empreitada por preço global, para atender à solicitação do Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação - DETEC da EMERJ, garantindo-se a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a EMERJ e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e também, de acordo com os princípios e normas da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e seu regulamento, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, do Decreto estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, da Lei federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Decreto federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto estadual nº 43.629 de 05 de junho de 2012, das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.

1.2 - Este Edital observará, em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual, as normas legais e regulatórias voltadas para a sustentabilidade ambiental, incluindo as definidoras de especificações expedidas por entidades de normalização, tais como ABNT e INMETRO.

1.3 - Para o efeito de julgamento das propostas, este Edital adotará expressos critérios ambientais de preferência na contratação de licitantes.

1.4 - A proposta de preços e os documentos de habilitação serão colocados em 2 (dois) envelopes fechados e distintos, com identificação externa do seu conteúdo e devem ser entregues no local, data e hora acima indicados. Os envelopes serão abertos na sessão pública, observado o devido procedimento legal.

1.4.1 - Os documentos relativos aos subitens 4.1.1, 4.1.2, 4.1.2.1, 4.1.3, 4.1.4, 4.1.5, 4.2, 4.3 e 5.1.1 deverão ser entregues no mesmo momento dos envelopes de habilitação e de proposta, porém fora desses envelopes.

1.4.1.1 - Caso os envelopes de habilitação e de proposta sejam enviados pelos Correios, os documentos indicados no subitem 1.4.1 também devem ser enviados na mesma oportunidade, pela mesma via, num terceiro envelope, com a identificação externa do seu conteúdo "Condições de Participação", todos devendo ser entregues no local, na data e na hora indicados no subitem 1.1.

1.5. - Nos envelopes de Proposta e de Habilitação deverão constar na parte externa os seguintes dizeres:

1.5.1.- No envelope "A" contendo a Proposta Comercial:

PREGÃO Nº 03/2014
ENVELOPE "A" - "PROPOSTA COMERCIAL"
RAZÃO SOCIAL

1.5.1.2 - No envelope "B" contendo a Documentação:

PREGÃO Nº03/2014
ENVELOPE "B" - "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
RAZÃO SOCIAL

1.6 - Integram este edital os seguintes anexos:

- I - termo de referência;
- II - formulário padronizado de proposta de preços;
- III - modelo de declaração referente ao subitem 4.1.1 do Edital/papel timbrado (opcional);
- IV - modelo de carta de credenciamento referente ao subitem 5.1.1 do Edital;
- V - modelo de declaração referente ao subitem 4.1.2 do Edital/art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06;
- VI - modelo de declaração referente ao inciso V do art. 27 da Lei federal nº 8.666/93;
- VII - modelo de declaração referente ao subitem 4.1.3 do Edital/papel timbrado;
- VIII - modelo de declaração referente ao subitem 4.1.4 / 15.2 do Edital;
- IX - modelo de declaração referente ao subitem 4.1.5 do Edital;
- X – minuta de termo de contrato;
- XI – modelo de planilha estimativa da totalização dos custos
- XII – planilha de composição analítica orientadora

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação do serviço de manutenção de sistema de videoconferência, conforme especificado no termo de referência (anexo I).

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa nº 3390.39.17, Programa de Trabalho nº 0362020610142.2296, do orçamento da EMERJ.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste Edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal, devendo apresentar as declarações adiante especificadas.

4.1.1 - Declaração de que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação nesta licitação (anexo III).

4.1.2 - Declaração de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que postule a aplicação dos benefícios concedidos pela referida lei (anexo V).

4.1.2.1 - Declaração de que o licitante, optante pelo Simples Nacional, possui receita bruta anual igual ou inferior ao limite estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, considerado o valor da soma do seu faturamento no ano calendário ao valor anual estimado para o contrato objeto desta licitação.

4.1.2.2 - Caso a soma referida no subitem anterior ultrapasse o valor acima, poderá a ME ou EPP participar do certame, neste caso sem os benefícios conferidos às sociedades empresárias optantes pelo Simples Nacional. Assim sendo, as planilhas de custos e formação de preços serão preenchidas conforme o regime tributário que escolher (lucro presumido ou lucro real), garantidos os demais benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

4.1.3 - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme IN SLTI/MPOG nº 02/09 (anexo VII).

4.1.4 - Declaração de que é idônea para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e Distrital (anexo VIII).

4.1.5 - Declaração de Compromisso e Responsabilidade Ambiental, Social e Econômica (anexo IX).

4.1.5.1 - A apresentação do Certificado ISO 14001 dispensa a declaração referida no subitem 4.1.5.

4.1.5.2 - Caso o licitante opte pela apresentação do Certificado ISO 14001, esta deverá obedecer à forma prevista no subitem 1.4.1.

4.2 - Para aplicação dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, a microempresa ou a empresa de pequeno porte deverá apresentar certidão expedida, conforme o caso, pela Junta Comercial de seus domicílios (art. 3º da Lei Complementar 123/06 e artigos 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas que demonstre essa condição, caso não conste no respectivo ato constitutivo a referida condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3 - Caso o licitante pretenda beneficiar-se do direito de preferência previsto no subitem 1.3, deverá apresentar toda a documentação comprobatória de que atende, cumulativamente ou não, aos seguintes requisitos:

- a) promoção de programas de educação ambiental de acordo com a Política Estadual de Educação Ambiental;
- b) implementação de planos e/ou programas voluntários de gestão ambiental, visando à melhoria contínua e ao aprimoramento ambiental, segundo diretrizes formuladas por entidades certificadoras reconhecidas no Brasil;
- c) implementação de planos e/ou programas voluntários, em conformidade com a Política Estadual sobre Mudança do Clima;
- d) não haver incidido em infração administrativa ambiental estadual, apurada no processo competente.

4.3.1 - Os requisitos de 4.3 deverão ser comprovados mediante a apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada.

4.3.2 - O procedimento dos critérios estabelecidos em 4.3 será analisado conforme o disposto no item 8 deste Edital.

4.4 - Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5 - Todas as declarações exigidas por este Edital, a serem firmadas pelo licitante, podem ser supridas presencialmente, na abertura do certame, desde que por quem ostente os pertinentes poderes societários.

4.6 - O pregoeiro verificará se não há penalidade vigente impeditiva à participação no certame, mediante consulta ao Portal da Transparência e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº1.793/2011, do Tribunal de Contas da União.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - As Sociedades Empresárias participantes poderão ser representadas na sessão pública por seu representante legal, mediante apresentação de:

5.1.1 - Cédula de identidade - RG (original e cópia), prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), documento do registro do licitante ou de seu ato constitutivo que comprove a capacidade do sócio ou do outorgante da procuração/credenciamento, onde deverão constar poderes expressos para a formulação de propostas em lances verbais, para a interposição de recursos, bem como para os demais atos inerentes ao certame, conforme modelo sugestivo (Anexo IV).

5.1.1.1 - Documento do registro do licitante ou de seu ato constitutivo, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedade empresária, registro do ato constitutivo (contrato social ou estatuto), no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) onde atua, com averbação na Junta Comercial onde tem sede a matriz;

a.2) Em se tratando de sociedade empresária individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial);

b) Em se tratando de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada da ata da assembleia de eleição da diretoria em exercício; e

b.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, a inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde atua, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

c) Em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2 – Cada procurador credenciado poderá representar um único licitante.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta de preço que o licitante preencherá e inserirá no ENVELOPE 'A', fechado, que deverá ser apresentado de acordo com o subitem 1.5.

6.1.1 – O envelope-proposta deverá conter os seguintes documentos:

- a) formulário de proposta preenchido conforme subitem 6.3;
- b) planilha de totalização dos custos, preenchida conforme anexo XI, demonstrando o valor proposto para a execução dos serviços.
- c) Declaração do Fabricante de que é empresa certificada autorizada a prestar suporte técnico à marca AVAYA/RADVISION.

6.2 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

- a) dados cadastrais;
- b) assinatura do representante legal;
- c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
- d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos de habilitação;
- e) indicação do Banco, do número da conta-corrente e da agência que deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;
- f) indicação do nome, nº de identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) de seu representante, com poderes expressos para firmar o termo de contrato e/ou instrumento equivalente referido no item 10 deste edital;
- g) o endereço eletrônico.

6.3 - O formulário de proposta disponível no Anexo II poderá ser impresso e preenchido de forma indelével pelo licitante.

6.3.1 – A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.4 – Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.5 - Serão corrigidos automaticamente pelo pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo, registrada a correção em ata.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 – Os documentos de habilitação indicados nos subitens 7.2 ao 7.7, inclusive os indicados no subitem 5.1.1.1, poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ.

7.1.1 - Os documentos a serem autenticados por servidor da EMERJ, a critério do licitante, poderão ser apresentados até o dia anterior ao da sessão (cópias/originais) no Serviço de Compras da EMERJ, doravante denominado SECOM, localizado na Rua Dom Manuel, 25 – 4º andar – sala 417 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

7.1.2 - Caso o licitante não seja credenciado, deverá também apresentar os documentos do subitem 5.1.1.1 (registro do licitante/ato constitutivo), de acordo com os subitens 7.1 e 7.1.1.

7.2 - Quanto à regularidade fiscal, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao estabelecimento licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitidas pelos órgãos arrecadadores;

b.1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Delegacia da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;

b.2) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos demais Estados onde haja tal vinculação, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

b.3) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre serviços de qualquer natureza ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal;

c) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante (INSS);

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio do Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

7.3 - Quanto à regularidade trabalhista, cada licitante deve apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas ou positiva com efeito negativo (CNDT), instituída pela Lei federal nº 12.440/11, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.3.1 - O pregoeiro, na data do certame, na fase da habilitação, emitirá nova certidão que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei federal nº 12.440/11.

7.4 – Quanto à qualificação técnica, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

7.4.1 – Atestado de visita técnica expedido pelo Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação – DETEC.

7.4.1.1–A visita técnica deverá ser realizada nos termos do item 5.1 do termo de referência –Anexo I;

7.4.2 - Atestado(s) de capacidade técnica, firmado(s) por órgão do poder público ou por pessoa jurídica de direito privado, comprovando haver prestado satisfatoriamente serviço igual ou similar ao desta licitação.

7.5 - Quanto à qualificação econômico-financeira, cada licitante deve apresentar certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial – Lei federal nº 11.101/05 (falências e concordatas) – expedida(s) pelo(s) Distribuidor(es) de sua sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, informando que o Distribuidor é único ou, caso contrário, relacionando os Distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial.

7.6 - Quanto à regularidade social, cada licitante deve apresentar declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na Lei federal nº 9.854, de 27/10/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que versa sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16 anos(anexo VI), ou as certidões de ilícitos e infrações trabalhistas do Ministério do Trabalho, demonstrando regularidade em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, nos termos do art. 27, V, da Lei federal nº 8.666/93.

7.6.1 - A declaração do subitem 7.6 pode ser suprida presencialmente, desde que por quem ostente os pertinentes poderes societários.

7.7 - Será admitida a participação de cooperativa que atenda às exigências dos subitens 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.6 deste Edital, no que couber, e presente, no mesmo envelope de habilitação, os seguintes documentos: (a) ata de fundação; (b) estatuto (com ata de assembléia de aprovação); (c) regimento interno (com ata de aprovação); (d) regimento dos fundos (com ata de aprovação);(e) Edital de convocação da assembléia geral e ata que informe os dirigentes e conselheiros eleitos; (f) registro da presença dos cooperados em assembléias gerais; (g) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora; (h) relação dos cooperados que executarão o contrato, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

7.8 - Na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte, se necessário, serão observados os termos do art. 43 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/06.

7.9 - O Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – RC/TJ e os documentos ali elencados, desde que estejam em seu prazo de validade, substituem as exigências contidas no subitem 7 deste edital, exceto as do subitem 7.7, alíneas "g" e "h", em caso de cooperativa.

7.10 - O pregoeiro poderá verificar, se necessário, a regularidade dos documentos trazidos pelo licitante ao certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

7.11 - O pregoeiro poderá sanar, via internet, eventuais falhas de documentos apresentados, relativos ao cumprimento dos requisitos de habilitação, mediante substituição, ressalvado o disposto no item 7.14. Na impossibilidade de obtenção dos documentos em razão de insuficiência de informações ou

por inacessibilidade aos sítios oficiais de órgãos e/ou entidades emissoras, o licitante será declarado inabilitado.

7.12 - Os documentos de habilitação contidos nos envelopes que forem abertos na Sessão, pelo Pregoeiro, ficarão retidos nos autos.

7.13 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los em até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

7.14 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ idêntico para todos os documentos. Se o licitante for participar na qualidade de filial, todos os documentos deverão estar em nome desta filial, inadmitida a apresentação mista, exceto para os documentos que, comprovadamente, por sua natureza, somente sejam emitidos em nome da matriz.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Iniciada a sessão pública, e encerrado o procedimento de credenciamento, o pregoeiro procederá à abertura do ENVELOPE "A" – Proposta Comercial, à verificação de conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes, vedado o ingresso de qualquer novo licitante após a abertura do primeiro envelope-proposta.

8.1.1 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.1.2 - Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo Pregoeiro.

8.2 - Em seguida, o pregoeiro desclassificará desde logo as propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital. As propostas que forem aceitas serão ordenadas em sequência crescente, a começar pela de menor preço, seguida das propostas de valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, formando-se, assim, a classificação provisória para que seus autores participem dos lances verbais.

8.2.1 - Em nenhuma hipótese caberá desistência da proposta depois de aberto o respectivo envelope, tampouco retratação ou desistência de lances após o respectivo registro pelo pregoeiro.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro formará a classificação provisória com as três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.4 - As propostas escritas classificadas são ordenadas em sequência crescente dos preços cotados, para definição da ordem de apresentação de lances verbais. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar novos lances verbais e sucessivos, a começar pelo licitante autor da proposta classificada

de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação do vencedor, vedada a limitação de números de rodadas de lances.

8.6.1 - O licitante poderá ofertar preço menor que o seu próprio, sempre diferente dos existentes, mesmo que maior que o menor preço ofertado naquele lance. Este novo lance apresentado será fixado para efeito de ordenação de proposta. Neste caso, o licitante fica impedido de ofertar novos lances, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate ficto previsto no subitem 8.11.

8.7 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, impede o licitante de oferecer novos lances, fixando-se o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas, salvo quando microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate previsto no subitem 8.11.

8.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas conforme os respectivos lances finais, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor que consta no Termo de Referência (Anexo I), desclassificando-se a proposta, cuja cotação o exceda, ou seja, manifestamente, inexequível.

8.10 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço, observados os prazos máximos para o fornecimento do equipamento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.10.1 - Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço máximo, na fase de lances verbais, cujo valor é o que consta no termo de referência (Anexo I), desclassificando-se as propostas, resultantes dos lances verbais, cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexequíveis.

8.11 - Será assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte que apresentarem propostas iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, configurando assim o empate ficto, como critério de desempate, o seguinte procedimento:

8.11.1 - No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.11, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro apresentará melhor oferta, salvo o disposto no subitem 8.11.4.

8.11.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será declarada vencedora;

8.11.3 - Não ocorrendo proposta inferior na forma do subitem 8.11.2, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.11, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.11.4 - Não havendo vencedor nos termos previstos no subitem 8.11, o Pregoeiro passará a examinar a aceitabilidade da proposta originalmente vencedora;

8.11.5 - O disposto no subitem 8.11 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.12 - Aos licitantes que houverem comprovado observância aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos no subitem 4.3 deste Edital, e que apresentarem propostas iguais ou até 3% (três por cento) superiores ao menor preço ofertado na fase de lances, configurando assim o empate ficto, como critério de desempate, o seguinte procedimento:

8.12.1 - Para cada comprovação dos requisitos ambientais, em conformidade com as alíneas “a”, “b”, “c” e/ou “d” do subitem 4.3, o licitante fará jus a 01 (um) ponto(s).

8.12.2 - O licitante que obtiver maior número de pontos, de acordo com o subitem 8.12.1, será declarado vencedor.

8.12.3 - No caso de haver mais de um licitante que se enquadre nas condições do subitem 8.12, e de ser idêntica a pontuação obtida pelos mesmos, será declarado vencedor o detentor da proposta de menor valor. E, sendo idênticos os valores, proceder-se-á a sorteio para desempate.

8.13 - A aplicação das regras de empate ficto previstas pela Lei Complementar nº 123/2006 será prioritária em relação às regras de empate ficto para efeitos de preferência de contratação em razão de requisitos de sustentabilidade.

8.14 - Aceita a proposta, será aberto o ENVELOPE DE HABILITAÇÃO do licitante classificado em primeiro lugar;

8.14.1 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias contados de sua expedição, exceto as CNDT, que devem ser extraídas pelo pregoeiro na sessão de julgamento do certame, durante a fase da habilitação.

8.14.2 - Comprovado o atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital, o pregoeiro deverá declarar o (s) licitante (s) vencedor (es).

8.14.3 - Caso o licitante classificado em primeiro lugar desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

8.14.4 - Caso todos os licitantes que participaram da fase de lances tenham desatendido às exigências da fase de habilitação, o pregoeiro retornará à fase de lances com os licitantes remanescentes, seguindo os procedimentos indicados no subitem 8.2 e seguintes do item 8.

8.15 - No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o subitem 7.2 e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação e apresentação da certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, podendo tal prazo ser prorrogado por idêntico período, a critério do Pregoeiro, exceto em caso de urgência na contratação.

8.15.1 - A não comprovação de regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.15, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

8.16 - Nas hipóteses dos subitens 8.11.3 e 8.14.3 e 8.14.4, o Pregoeiro realizará o procedimento na mesma sessão pública ou, se necessário, em outra data. Ele notificará aos participantes com registro

em ata, ou conforme o caso, por e-mail, via fax, pelo site da EMERJ ou pelo Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro.

8.17 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante habilitado a melhoria de sua proposta, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

8.18 - Declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer; não havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

8.18.1 - O licitante vencedor deverá encaminhar ao SECOM – Rua Dom Manuel, nº 25 – 4º andar, sala 417 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, a planilha de composição analítica para execução dos serviços (anexo XII), demonstrando os valores unitários que representem os custos que influenciem de forma direta ou indireta na contratação, com os respectivos valores readequados ao valor total representado pelo lance verbal vencedor, no prazo máximo de 01 (um) dia, contado da sessão em que forem concluídas a fase de lances verbais e a adjudicação do objeto da licitação.

8.19 - Se a proposta de preço aparentar inexecutabilidade (Lei nº 8.666/93, art. 48, II), o órgão condutor da licitação assegurará ao respectivo proponente a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da proposta (Tribunal de Contas da União, Súmula 262).

9 - DO RECURSO

9.1 - Declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, desde que munido de procuração ou de carta de credenciamento com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

9.3. - No caso de a Administração vir a convocar para contratar os licitantes remanescentes, o pregoeiro retomará o procedimento em sessão pública, na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de sua classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor. Será dado aos licitantes presentes o direito de recorrer apenas quanto à habilitação do novo vencedor e ao novo melhor preço, se oferecido, com base no Inciso XXIII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, contado da convocação para a assinatura do respectivo termo ou retirada do instrumento equivalente, observada a norma do § 4º, do art. 62, da Lei federal nº 8.666/93.

10.2 - Caso o adjudicatário não tenha informado na Proposta Comercial os números da sua conta-corrente e agência no Banco Bradesco S. A., que deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial, este deverá informar ao Serviço de Compras da EMERJ, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por fax (021) 3133-2310/ 3133-1891 ou e-mail (emerj.secom@tjrj.jus.br), a contar da adjudicação do objeto pelo pregoeiro, em conformidade com o decreto estadual nº 43.181/2011.

10.2.1 O adjudicatário receberá do SECOM, após publicação da homologação da licitação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, cópia da NAD e/ou EMPENHO, via e-mail, devendo confirmar, da mesma forma e de imediato, o seu recebimento, apondo no respectivo documento assinatura e carimbo do CNPJ.

10.3 - Antes de firmar o termo, o adjudicatário prestará garantia equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, que será dispensada pela Administração se não prevista no contrato.

10.3.1 - A garantia será cumprida, à escolha do adjudicatário, por meio de caução em dinheiro ou em título eficaz da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

10.3.2 - A garantia em dinheiro deverá ser depositada no Fundo EMERJ, com identificação do CNPJ do licitante vencedor, na conta-corrente 3005-8, Banco Bradesco S/A -237, agência 6246.

10.3.3 - A garantia, prestada em dinheiro, a ser restituída ao final do contrato, desde que aceita como boa a execução do contrato, será paga com seu valor corrigido monetariamente, com base no índice de correção aplicado ao contrato.

10.3.4 - Caso o contratado opte por prestar garantia na forma de Seguro-Garantia, a apólice deve garantir o pagamento das multas contratuais previstas na Lei federal nº 8.666/93.

10.3.5 – O documento relativo à apólice de seguro-garantia, a caução em dinheiro, o título eficaz da dívida pública ou a carta de fiança bancária deverá ser encaminhado à apreciação da Divisão de Finanças da EMERJ, através de protocolo no Serviço de Compras (SECOM).

10.4 - O fato de o adjudicatário, convocado a contratar, não prestar a garantia, não a prestar no prazo determinado ou prestá-la incorretamente, importará inexecução total do contrato, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei federal nº 8.666/93, facultado à Administração proceder na forma do art. 4º, XVI, da Lei federal nº 10.520/02.

10.5 - O fato de o adjudicatário convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não atender ao descrito no subitem 10.2.1, importará em não celebrar o contrato e, independentemente de sua sujeição às sanções do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, autoriza o pregoeiro a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.6 - A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

10.7 - A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no termo de referência.

10.8 – O contratado poderá subcontratar o serviço de manutenção dos 10 (dez) CODECS, marca SONY, modelo PCS-XG80, sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais, na conformidade do art. 72, da Lei Federal nº 8666/93, desde que a subcontratação se dê com assistência técnica autorizada do fabricante, para os aludidos equipamentos.

10.8.1 – O contratado deverá exigir do subcontratado os mesmos requisitos de habilitação que lhe são exigidos no Edital, o que deverá ser comprovado mediante apresentação da documentação correspondente, ao Órgão Fiscal.

10.8.2 - A condição de assistência técnica autorizada ou empresa certificada pelo fabricante autorizada a prestar suporte técnico à marca, bem com a documentação exigida na habilitação deverão ser apresentadas ao Órgão Fiscal no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o início do contrato.

10.8.3 - A Contratada responderá por quaisquer prejuízos causados por ela ou pela subcontratada à EMERJ, ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a terceiros, durante a prestação dos serviços.

10.9 - A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.10 - O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.11 - O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

11.1 - A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos dos arts. 67 a 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 - A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão ao Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação da EMERJ que os exercerá de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases do contrato. O representante do contratado deverá apresentar-se ao fiscal imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

11.2.1 - A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

11.3 - Além do que consta no termo de referência (Anexo I), a Administração poderá obrigar o contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto do contrato se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

11.4 - A EMERJ rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei federal nº 8.666/93).

11.5 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no seu art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e neste Edital.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 - O adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de ter cancelado o

respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e bem como às demais cominações legais.

12.2 - Ao contratado total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei Estadual nº 287/79, art. 226, Decreto 3149/80, art. 87);

b.1) multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso na execução, por culpa do contratado, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade de multa poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 - A penalidade de multa não tem natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do contratado por danos causados ao contratante.

12.5 - O valor de multa aplicada será descontado da garantia que houver sido prestada, e se for superior ao valor desta, além de sua perda, responderá o Contratado pela diferença, que será descontada de eventuais créditos que tenha em face do Contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

12.6 - Nos casos em que o valor da multa vier a ser descontado da garantia prestada, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e o não atendimento caracterizará falta contratual sujeita às penalidades previstas no contrato.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s), desde que cumprida a obrigação a que se referir a fatura/nota fiscal emitida pelo estabelecimento contratado, no sistema de impressão eletrônica, será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega das Notas/faturas, mediante crédito em conta - corrente no Banco Bradesco S/A (conforme o disposto no subitem 6.2 "e"). A(s) fatura/nota fiscal (is) deverá(ão) ser atestada(s) pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública. Se, por ocasião dos pagamentos de suas faturas, o adjudicatário ainda não tiver apresentado a conta corrente no Banco Bradesco S/A, os mesmos dar-

se-ão por meio de cheques, que ficarão à disposição do favorecido na Divisão de Finanças da EMERJ até que a pendência seja solucionada.

13.1.1 - Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, as certidões de regularidade do INSS e do FGTS, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.2 - Caso se faça necessária a retificação da nota fiscal/fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da fatura isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1 deste edital.

13.5 - Ocorrendo antecipação do pagamento, sempre em correspondência à antecipação da entrega do bem, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado o respectivo desconto aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

14 - DAS INFORMAÇÕES

14.1 - O SECOM prestará as informações solicitadas pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, na Rua Dom Manuel, 25 - 4º andar, sala 417 - Centro – Rio de Janeiro – RJ., pelos telefax (21) 3133-2310 e (21) 3133-1891 ou pelo e-mail emerj.secom@tjrj.jus.br.

14.2 - Os editais estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico www.emerj.tjrj.jus.br ('link Licitações').

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública em geral; (b) declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - No caso de suspensão de sessão, o Pregoeiro poderá divulgar a data de prosseguimento na própria sessão, no site da EMERJ - www.emerj.tjrj.jus.br (link "Licitações"), no D.J.E.R.J ou por e-mail.

15.4 - Impugnações e/ou pedidos de esclarecimento de natureza técnica, referentes a este edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, apresentados por escrito em papel timbrado, devidamente assinados e protocolados no SECOM, na Rua Dom Manuel, 25, 4º andar, sala 417 - Centro - Rio de Janeiro- RJ até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste edital e serão respondidos a todos os interessados, via-e-mail, via fax, no site da EMERJ ou na sessão inaugural.

15.4.1 - Será aceito, para o efeito de atendimento a esse prazo, o envio de e-mail, para o endereço emerj.secom@tjrj.jus.br, desde que assinado pelo interessado, razão pela qual deve ser encaminhado por anexo e em PDF.

15.4.2 - O documento original da impugnação deve ser entregue, conforme indicado no subitem 15.4, até a data de julgamento do certame.

15.5 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5.1 - A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64 § 3º da Lei Federal nº 8666/93.

15.6 - Comunicações referentes a este certame serão publicadas, conforme o caso, no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014.

Maria de Fátima Pinto Santos
Diretora do Departamento de Administração
Matr.:10/90815

Aprovo o Edital.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014.

Alessandro Moreira Ferreira
Pregoeiro
Matr.: 10/90962